

## RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHER, François. *Métapolis (ou l'avenir des villes)*. Paris, Éditions Odile Jacob, 1995.

*Maria Encarnação Beltrão SPOSITO \**

A leitura do texto de François Ascher permite aos leitores não apenas uma análise acerca dos papéis das cidades neste período de grandes transformações econômicas e sociais, mas sobretudo oferece um conjunto de reflexões que propiciam a reconstrução dos referenciais que nos permitem a leitura da urbanização contemporânea.

A idéia de '*metápolis*' é apresentada, tomando como ponto de partida a emergência de uma forma urbana, que corresponde a novas dinâmicas de concentração dos homens, das atividades e das riquezas nas grandes cidades. Para o autor, essa nova forma urbana ultrapassa e engloba as diferentes concepções que temos de metrópole. Ele poderia falar de meta-metrópole, na medida em que os espaços metropolizados ultrapassam a própria metrópole, mas preferiu a adoção do termo '*metápolis*', que permite a inserção da nova concepção na mesma cadeia das concepções de '*metrópolis*' e '*megalópolis*'.

O livro é organizado em sete capítulos<sup>1</sup>, através dos quais a concepção de '*metápolis*' se constrói, partindo inicialmente de uma definição:

---

\* Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

<sup>1</sup> Os capítulos versam sobre os seguintes temas: 1. Metropolização e metápole; 2. Telecomunicações e metapolização; 3. As cidades no limiar de um novo ciclo longo?; 4. A metápole como modos de vida; 5. Cidadania e cidadania metropolitana; 6. Novo urbanismo e manejo público urbano; 7. Concepções metropolitanas. Na conclusão, o tema é: A governança metropolitana, um 'desafio' maior para a sociedade.

Maria Encarnação Beltrão Sposito

“Uma metápole é o conjunto de espaços no qual tudo ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápole constitui geralmente uma só bacia de emprego, de habitat e de atividades. Os espaços que compõem uma metápole são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos. Uma metápole compreende ao menos algumas centenas de milhares de habitantes.

“As metápoles se formam a partir de metrópoles pré-existentes muito diversas, e integrantes de um conjunto heterogêneo de espaços novos, são elas mesmas necessariamente muito variadas. Elas são mono ou polinucleares, mais ou menos aglomeradas ou dispersas, heterogêneas, polarizadas ou segmentadas, densas ou extensas; elas seguem dinâmicas de crescimento radio-concêntricas, tentaculares, lineares, em ‘cachos’, ou ainda em ‘metástase’.”(p.34)

Essa definição inicial ganha densidade na medida em que o autor, baseado em grande número de referências bibliográficas (apresentadas sob a forma de notas explicativas), informa e fundamenta sua análise com um conjunto de pesquisas que contribuem para a compreensão dos novos papéis desempenhados pelas grandes áreas urbanas e do cotidiano nelas vivido, na perspectiva de reconstrução das concepções com as quais vimos trabalhando. Assim, a definição inicial se constrói como um novo conceito para definir/expressar essa nova realidade.

Do conjunto de temas debatidos nesse livro, três deles são, a nosso ver, centrais para o entendimento da concepção de ‘*métapolis*’, quais sejam: – a relação entre telecomunicações e metapolização; – a distinção entre cidadania e a cidadania; e, – a construção de uma política de governança.

Partindo da discussão acerca das relações entre o processo de metropolização e o desenvolvimento de novas tecnologias, o autor discute o papel desse desenvolvimento (sobretudo, no que se refere às técnicas de comunicações, de transporte, de conservação dos objetos e da infra-

estrutura para a realização de trocas) no processo de definição da estrutura metropolitana.

Ainda que partilhando a idéia de que as novas tecnologias da informação e da comunicação desempenham um papel transformador no processo de urbanização, o autor questiona de forma decisiva a idéia de que o desenvolvimento acelerado dessas novas tecnologias provocaria uma desurbanização ou a dissolução das grandes cidades. Ao contrário, demonstra através de informações e análises, que esse desenvolvimento não diminui a necessidade de considerar a dimensão espacial dos fenômenos ou mesmo a distância entre os fatos e os objetos, e acrescenta que essa tendência tem, sob diversos aspectos, todas as probabilidades de penalizar ainda mais as regiões periféricas e as cidades pequenas.

Refutando a concepção de que as tecnologias são exteriores à sociedade, e portanto criticando a tendência à análise de seus impactos sobre ela, o autor considera a historicidade das técnicas, partindo do princípio de que são os atores sociais que as selecionam, utilizam-nas e produzem o conhecimento e o *savoir-faire* que as engendra. Em outras palavras, prefere falar mais das interações entre o desenvolvimento das telecomunicações e as sociedades, do que dos impactos desse desenvolvimento sobre elas.

A abordagem dos transportes e das telecomunicações como progressos tecnológicos produzidos, sobretudo pela concentração urbana, faz com que seja essa concentração que determine e instrumentalize os avanços das telecomunicações, os quais não podem ser vistos como via para a supressão das distâncias, ou substituição das necessidades de deslocamento no interior dos grandes aglomerados urbanos, mas sobretudo, como complementaridade ao sistema de transportes, tendo em vista o aumento e a diversificação acelerada das necessidades de comunicações materiais e imateriais.

Levando-se em conta o crescimento da economia, a recomposição das atividades industriais e terciárias, a complexidade dos sistemas, as novas formas de divisão do trabalho e a evolução dos modos de vida podemos avaliar, através do texto, as progressivas necessidades de in-

Maria Encarnação Beltrão Sposito

formações e comunicações. Contudo, é destacado que as novas tecnologias não podem ainda comunicar todas as informações (pois há bens que necessitam de transporte físico), e que essas tecnologias engendram novas necessidades de deslocamentos, o que fortalece as relações entre a ampliação do uso das telecomunicações e as necessidades de transportes.

A reprodução das desigualdades territoriais, via desenvolvimento das telecomunicações é abordada pelo autor a partir das noções de complexidade, interdependência e fluidez que marcam a estruturação das novas redes de empresas e de cidades, e o próprio aumento das relações entre os grandes aglomerados urbanos, o que nos permite pensar na metropolização/metapolização em redes, intensificando os múltiplos elos de interconexões possíveis para os territórios que estão interligados pelas redes tecnologicamente mais avançadas, e acentuando o isolamento dos territórios não conectados.

A expansão cada vez mais descontínua e fragmentada do território metropolitano torna seus limites cada vez mais difusos. Por outro lado, a interconexão metropoliana em rede provoca a intensificação de múltiplos fluxos internacionais. Essas duas dinâmicas impõem-se de forma cada vez mais decisiva, colocando em questão, segundo Ascher, as reais possibilidades dos habitantes e trabalhadores das *'métapolis'* de construir e executarem projetos comuns, de viverem aí integrados, enfim, de se constituírem como cidadãos.

O autor toma como referência a cidadania, a civilidade e a urbanidade, como qualidades interdependentes e indispensáveis para se viver nas *'métapolis'*.

Para ele, em função da ampliação da diferenciação que marca a *'métapolis'*, existem aí múltiplas possibilidades de modos de vida e de estabelecimento de relações sociais, em níveis tais que pode haver uma diversificação das experiências individuais como das relações sociais urbanas, indicando um aumento do grau de urbanidade. A urbanidade tem, assim, relação direta com o viver múltiplo que a *'métapolis'* potencializa.

Mas, ao mesmo tempo, a diversificação colocada para atores sociais de diferentes grupos sócio-econômicos e culturais pode gerar dificuldades de reconhecimento de alguns denominadores comuns, de um espaço de diálogo, ou de um código social mínimo, que estabeleça um padrão de civilidade para um conjunto de habitantes e trabalhadores com elevado grau de heterogeneidade.

A vida metropolitana promove a exacerbação dos individualismos e dos corporativismos, e de uma “solidariedade mecânica” entre seus habitantes, decorrentes do aumento das relações de interdependência múltiplas.

Tanto as crescentes possibilidades de escolha, que se colocam para uma parte dos que habitam e trabalham nas ‘*métapolis*’, como os mecanismos de exclusão e rejeição, que tocam os diferentes grupos urbanos, estabelecem práticas que ou diminuem os liames comunitários e/ou impedem a construção de um processo amplo de inserção e de práticas sociais coletivas.

A cidadania é considerada, como expressão da consciência de se pertencer a uma coletividade urbana, compreendida nessa concepção o exercício dos direitos e deveres que esse pertencer contém. A cidadania é assim definida em contraposição à noção de cidadania que, sobretudo na França, está estreitamente ligada à consciência do pertencer à nação, o que transcende todas as especificidades locais, e não compreende as relações internacionais, cujos fluxos interconectam as ‘*métapolis*’, e interferem na vida de seus habitantes.

Sob essa perspectiva, a população metropolitana, fragmentada entre o global e o local, submetida a decisões centrais e levada, ao mesmo tempo, em outra escala, a se posicionar diante das políticas de descentralização de decisões, está cada vez mais frontalmente diante da tarefa de construir sua cidadania.

O papel do Estado, das instituições públicas e privadas, e dos diferentes atores coletivos e individuais é, então, debatido na perspectiva de se pensar na construção de uma ‘autoridade’ global sobre o espaço metropolitano. O debate tem a proposta de inserir todos na definição de uma

Maria Encarnação Beltrão Sposito

escala e uma forma de atuação entre a centralização e a descentralização, entre o Estado e a comunidade, entre a continuidade e a descontinuidade urbana, entre o global e o local.

Essa autoridade, diferentemente da autoridade de um governo, é exercida por uma multiplicidade de instituições, organizações e atores que 'governam' um território, compreendendo-se relações entre esses 'governantes' (locais, nacionais, às vezes internacionais) e os 'governados'.

A noção de governança compreende, ainda, a necessidade de se estabelecerem planos de ação para o manejo das metápoles, que sejam suficientemente flexíveis e capazes de se adaptarem ao ritmo e diversidade de transformações. Por outro lado, a governança deve se constituir enquanto sistema de relações que possam colocar em prática as escolhas coletivas.

Partindo dessa concepção, a governança requer e promove a cidadania, na medida em que não se trata da criação de novos organismos de governo para a metápole, mas sobretudo, de recomposição de modalidades territoriais concretas que possam gestionar os interesses coletivos, que considerem o sentimento de pertencer a uma localidade, mas que ao mesmo tempo, levem em conta a necessária integração às práticas e ritmos metropolitanos. Constitui-se uma possibilidade de gerenciamento de um sistema cada vez mais complexo e de superação da fragmentação que esse sistema metropolitano acentua progressivamente.

Partindo da idéia de que todo desenvolvimento conduz a transformações e expressa uma situação de desequilíbrio, o autor propõe para que a cidadania se constitua, através da governança da metápole, que a noção de equidade se sobreponha à de igualdade, como princípio para esse processo.

Ao invés de se estabelecerem esforços para que haja igualdade de condições entre os habitantes das pequenas cidades ou das áreas à margem dos fluxos que integram o sistema metropolitano e os habitantes a esse sistema integrados, é importante que se pense em uma equidade territorial que contenha a possibilidade de um desenvolvimento adaptado às espe-

cificidades de cada território. Não se teria como objetivo atingir uma igualdade impossível de condições entre territórios e suas populações, definida por uma racionalidade única a propor um desenvolvimento equilibrado, mas, de se propiciar as condições para que se delibere um processo que permita um consenso, por um grupo, em torno de uma visão aceitável de interesse geral. Trata-se, portanto, mais de se impor novas posturas políticas, do que se apresentar soluções urbanas, baseadas em interesses sociais e econômicas de difícil consecução.

Se o contexto metropolitano é de transformações e incertezas, a governança e as decisões que decorrem das práticas de cidadania devem promover um planejamento urbano e um urbanismo flexíveis. Os espaços construídos devem ser passíveis de reutilização, devem conter a potencialidade de novos usos, não necessariamente previsíveis no momento de sua concepção; devem conter, ainda, múltiplas dimensões estéticas e simbólicas, de forma a compreenderem a diversidade e a temporalidade metropolitana. Para Ascher, o urbanismo assim esboçado não deve ser considerado como pós-moderno, mas sim como '*surfonctionnel*' e '*surmoderne*'.

Toda a reflexão apresentada pelo autor pode contribuir de forma expressiva para se pensar a realidade brasileira. A partir de pesquisas que analisem a presença ou intensificação de papéis e práticas metropolitanas nas grandes áreas urbanas do país, podemos refletir sobre os processos de fragmentação de seus espaços, de maneira a contribuir para a proposição de novas formas de recomposição do tecido urbano, de uso dos espaços construídos/em construção, e de vivenciamento e gerenciamento cidadão desses espaços.

